

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: a Gazeta

Class.: 1433

Data: 22.01.90

Pg.: _____

Yanomami, uma tragédia moderna

Mauro Antônio Moraes Victor

Enquanto yanomamis e garimpeiros travam batalha de vida e morte em Roraima, nos gabinetes acurpetados do Planalto os burocratas travam outra batalha: a batalha bacharlesca e de trocadilhos sarcásticos para justificar o injustificável.

Retirar os 40 mil garimpeiros das reservas indígenas Yanomami para instalá-los no "colchão amortecedor" ou espaço envoltório dessas reservas, constituídas por áreas da floresta nacional (Flona) de Roraima, é manobra primária. Esta manobra substancialmente não diminui o risco para os indígenas e para a integridade da Flona. Se é verdade que as reservas indígenas são invioláveis pela Constituição, também é verdade que as Flonas, pela legislação vigente, não admitem atividades predatórias, como por excelência é a mineração. Onde entra o garimpeiro, a mata é destruída, os rios são assoreados e contaminados por mercúrio, a caça desaparece e a vida dos povos da floresta torna-se impossível.

Desta forma o recente decreto presidencial nº 98.812 de 09 de janeiro de 1990, feito de encomenda para dar fchada legal à invasão da Flona de Roraima deve ser denunciado, pois abre também perigoso precedente, tornando vulnerável toda a rede de Flonas que perfaz mais de 40 milhões de hectares na Amazônia Legal (somadas as áreas propostas e já criadas). Imagine se a

moda pega. Essas Flonas não resistiriam à pressão dos mais de 1 milhão de garimpeiros hoje vivendo na Amazônia.

Ademais, essas áreas da Flona de Roraima para onde seriam transferidos os garimpeiros estão interditadas por decisão judicial, sob a alegação de que também são território Yanomami.

Esta situação, porém, não causa espanto. Tem sido uma constante na história da predação do patrimônio natural, humano e cultural da nação, sistematicamente destruído, apesar da lei.

A tragédia atual dos yanomamis também é mera continuidade do processo de extinção dos povos indígenas, apesar do virtuosismo legisferante.

Dos 6 milhões de índios existentes à época do descobrimento, sobrevivem hoje 220 mil. De acordo com os dados do Cedi, dos 400 yanomamis que em 1987 viviam na região do Paapiu, estima-se que a metade tenha morrido, vítima da malária e outras doenças introduzidas pelo branco, já que seus organismos estavam mimados pela desnutrição e intoxicação mercurial.

Insensíveis ao genocídio, os burocratas de Brasília ainda se dão ao luxo de tripudiar sobre as vítimas com frases de efeito e trocadilhos de mau gosto:

— "A questão Yanomami está sendo tratada com açúcar e com muito afeto, do jeitinho brasileiro", debocha o ministro da Justiça.

Ao que o procurador-geral muito apropriadamente rebate:

— "Com tanto açúcar esta nação

acaba morrendo de diabetes..."

Ou ainda, o ministro da Justiça, desdenhando da ameaça de prisão de seu diretor geral da Polícia Federal, feita pelo mesmo procurador geral:

— "A única cadeia que o diretor merece é a cadeia de televisão..."

Aos amantes desse gênero de tertúlia, cabe advertir: "No respect for the yanomami, no money at all".

Aqui, justamente entra um fator complicador capaz de mudar radicalmente a predação secular: a par da resistência da cidadania e de um Ministério Público corajoso, existe a pressão da comunidade ambientalista internacional, que pode chegar ao extremo de barrar a entrada de dinheiro novo no país e bloquear a entrada de produtos brasileiros no exterior.

A era dos ambientalistas românticos acabou. A economia se internacionalizou e o meio ambiente também.

Agora mesmo, o Governo negocia um pacote de recursos externos para programas ambientais no país. Deste constam mais de US\$ 150 milhões do Banco Mundial; 100 milhões de marcos da Alemanha Ocidental, US\$ 2 bilhões do Canadá que incluem projetos no Acre.

Certamente o episódio dos yanomamis, de grande visibilidade internacional, afetará essas negociações. É a única linguagem que este acampamento de mercadores, em que se converteu a nação, entende depressinha.

O Governo Collor, que estuda o perdão parcial da dívida externa, trabalha dentro deste balizamento. Seu provável ministro das Relações Exte-

riores, Rubens Ricupero, já sinalizou: "Para tornar possível o fluxo de capitais externos de risco (na forma de investimento ou empréstimo) o novo Governo precisa articular uma política externa combinada com o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente"...

Tampouco pode o garimpeiro entrar como vilão nessa história. Comprovou-se que 70% dos invasores das reservas indígenas yanomamis são originários do Maranhão, de onde saíram pressionados pela questão agrária não resolvida e induzidos pelo mesmo Governo. São apenas o elo final e mais sofrido de poderosa cadeia cevada no enriquecimento fácil. Claro que questão agrária é o pano de fundo desta tragédia moderna. Até o insuspeito Antônio Ermírio de Moraes (insuspeito de contaminação lulista) já chegou à conclusão da necessidade da reforma agrária, a partir de elementar exercício aritmético: "Dos 200 milhões de hectares de terras agricultáveis existentes no país, apenas 50 milhões de hectares são usados racionalmente".

Se o Governo Collor enfrentar a questão agrária com os mesmos subterfúgios e paliativos do atual (com o "jeitinho brasileiro"), por certo a questão indígena e a questão da conservação dos recursos nas florestas nacionais se agravarão nos próximos anos, afetando, de cambalhuda, todo o quadro econômico interno e externo. É só conferir.

Mauro Antônio Moraes Victor é engenheiro especializado em Ciências Florestais e sócio-fundador da SOS-Mata Atlântica